

**Alfa Crédito Privado - Fundo de
Investimento Renda Fixa – Crédito
Privado
CNPJ nº 09.290.598/0001-75**

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e
Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e ao Administrador do
Alfa Crédito Privado - Fundo de Investimento Renda Fixa – Crédito Privado
(Administrado pelo Banco Alfa de Investimento S.A.)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Alfa Crédito Privado - Fundo de Investimento Renda Fixa – Crédito Privado ("Fundo"), que compreendem a demonstração da composição e diversificação das aplicações em 31 de dezembro de 2017 e a respectiva demonstração da evolução do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Alfa Crédito Privado - Fundo de Investimento Renda Fixa – Crédito Privado em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos de investimento regulamentados pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Custódia dos ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017, o Fundo detém investimentos em ativos financeiros públicos e privados. Conforme descrito na nota explicativa nº 10, cabe ao Administrador e ao custodiante do Fundo conduzir processos de controles para garantir a propriedade e custódia dos ativos financeiros mantidos em sua carteira, junto as entidades custodiantes independentes e instituições financeiras. Em conexão às operações do Fundo e, levando em consideração a materialidade dos saldos envolvidos, consideramos a confirmação da existência dos ativos financeiros do Fundo como área de foco em nossa auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o objetivo de avaliar a adequação das posições registradas dos ativos financeiros do Fundo, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do processo de conciliação das posições dos investimentos detidos pelo Fundo junto às posições das entidades custodiantes independentes; (ii) obtivemos a composição detalhada dos ativos financeiros do Fundo e comparamos com os seus respectivos registros contábeis; (iii) conciliamos a composição da carteira do Fundo em 31 de dezembro de 2017 com os relatórios emitidos pelas entidades custodiantes independentes e instituições financeiras

Baseado nos procedimentos de auditoria efetuados e nos resultados obtidos, consideramos que os processos adotados pelo Administrador são apropriados com relação a existência dos ativos financeiros, no contexto das demonstrações financeiras do fundo tomadas como um todo.

Valor justo dos ativos financeiros

Conforme nota explicativa nº 3, o Fundo possui 38,28% do seu patrimônio líquido representado por ativos financeiros privados avaliados ao valor justo sem cotação disponível em mercado ativo, o que aumenta a subjetividade envolvida e o grau de julgamento para a estimativa do valor justo desses ativos, cuja a avaliação é efetuada por metodologia interna de precificação que considera entre outros fatores, taxas de juros e curvas de rendimentos observáveis em mercado e risco de crédito. Cabe à Administradora do Fundo avaliar periodicamente a adequação dos modelos de precificação para as estimativas de valor justo e quando identificado a deterioração significativa do risco de crédito do investimento do Fundo estimar a provisão para perda sobre o valor recuperável do investimento do Fundo.

Devido a relevância dos valores envolvidos, o uso de estimativas para a valorização dos ativos com base em modelos matemáticos internos e dados observáveis de mercado, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o objetivo de avaliar a adequação das estimativas para a mensuração do valor justo dos investimentos do Fundo em títulos privados não cotados, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento sobre o processo de avaliação e monitoramento do risco de crédito e de mercado para os títulos privados não cotados; (ii) entendimento dos modelos internos para precificação e estimativas utilizadas no cálculo do risco de crédito; (iii) entendimento do processo de captura das curvas de juros e índices observáveis do mercado; (iv) para uma amostra, efetuamos o recálculo do valor justo com base nos respectivos modelos internos; (v) verificação, em base amostral, da situação de inadimplência destes emissores no mercado; e (vi) avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis do Fundo.

Baseado nos procedimentos de auditoria efetuados e nos resultados obtidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administradora do Fundo na mensuração do valor justo desses ativos financeiros privados não cotados são apropriados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades do Administrador pelas demonstrações financeiras

O Administrador é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de investimento regulamentados pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014 e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, o Administrador é responsável, dentro das prerrogativas previstas na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014 pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que o Administrador pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Administrador.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pelo Administrador, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com o Administrador a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com o Administrador, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstância extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2018



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador
CRC nº 1 PR 050377/O-6

Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira

Mês/Ano: 31 de dezembro de 2017

Nome do Fundo: Alfa Crédito Privado - Fundo de Investimento Renda Fixa - Crédito Privado

CNPJ: 09.290.598/0001-75

Administrador: Banco Alfa de Investimento S.A.

CNPJ: 60.770.336/0001-65

Aplicações - Especificações	Quantidade	Custo Total R\$ mil	Mercado / Realização R\$ mil	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades			3	-
Banco conta movimento			3	-
Aplicações Interfinanceiras de liquidez		2.957	2.957	4,27
Letras do Tesouro Nacional	3.063	2.957	2.957	4,27
Títulos públicos		29.112	29.121	42,02
Letras Financeiras do Tesouro	3.137	29.112	29.121	42,02
Certificado de Deposito Bancário		2.848	2.849	4,11
Banco ABC Brasil S.A.	1.175	1.261	1.261	1,82
Banco Sofisa S.A.	760	777	777	1,12
Banco BBM S.A.	430	467	467	0,67
Banco Daycoval S.A.	320	343	344	0,50
Letras Financeiras		23.194	23.214	33,49
Banco Alfa S.A. (a)	57	9.049	9.060	13,06
Banco Votorantim S.A.	20	3.258	3.261	4,71
Banco Daycoval S.A.	17	2.637	2.637	3,80
Banco ABC Brasil S.A.	14	2.187	2.190	3,16
Banco Safra S.A.	12	1.999	2.001	2,89
Banco GMAC S.A.	13	1.996	1.997	2,88
Banco BBM S.A.	10	1.577	1.578	2,28
Banco Fidis S.A.	3	491	490	0,71
Debêntures		10.732	10.736	15,49
Localiza Rent a Car	147	1.533	1.528	2,21
Natura Cosméticos S.A.	115	1.175	1.175	1,70
Companhia Paranaense de Energia	94	985	986	1,42
Companhia de Concessões Rodoviárias	91	912	912	1,32
Diagnósticos da América S.A.	86	862	870	1,26
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	77	795	797	1,15
Fleury S.A.	75	774	776	1,12
MRV Engenharia e Participações S.A.	75	766	764	1,10
AES Tietê S.A.	730.000	743	742	1,07
Rodonorte Conc. de Rodovias Integradas S.A.	680	689	688	0,99
MRS Logística S.A.	1.300	457	459	0,66
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	98	332	333	0,48
Eletropaulo Metropolitana Elet. de S.P. S.A.	81	275	274	0,40
Cia.Saneamento Básico do E.S.P.-Sabesp	54	191	191	0,28
Cemig Geração e Transmissão S.A.	27	136	133	0,19
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	157	107	108	0,16
Deposito à Prazo com Garantia Especial		472	473	0,68
Banco Mercantil do Brasil S.A.	8	472	473	0,68
Total do ativo			69.353	100,08
Valores a pagar			57	0,08
Taxa de Administração			28	0,04
Provisão para contingências			21	0,03
Auditoria e Custódia			8	0,01
Patrimônio líquido			69.296	100,00
Total do passivo e Patrimônio líquido			69.353	100,08

(a) Títulos de emissão de empresas ligadas à Administradora

(b) As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Nome do Fundo:	Alfa Crédito Privado - Fundo de Investimento Renda Fixa – Crédito Privado	CNPJ:	09.290.598/0001-75
Administrador:	Banco Alfa de Investimento S.A.	CNPJ:	60.770.336/0001-65

Valores em R\$ 1.000, exceto o valor unitário das cotas

	2017	2016
Patrimônio líquido no início do exercício		
Representado por 178.996,900 cotas a R\$ 248,416427 cada	44.466	
Representado por 183.052,854 cotas a R\$ 217,752972 cada		39.860
Cotas emitidas no exercício		
160.893,844 cotas	42.397	
40.036,605 cotas		9.303
Cotas emitidas por incorporação no exercício	12.222	
113.964,781 cotas		
Cotas resgatadas no exercício		
85.765,183 cotas	(14.248)	
44.092,559 cotas		(7.183)
Varição no resgate de cotas no exercício	(8.535)	(3.132)
Patrimônio líquido antes do resultado	64.080	38.848
Resultado do exercício		
Cotas de fundos	1	-
Rendas/despesas de aplicação em cotas de fundos de investimento	1	-
Renda fixa e outros ativos financeiros	5.567	5.822
Apropriação de rendimentos	5.530	5.852
Resultado nas negociações	2	-
Valorização/desvalorização a preço de mercado	35	(30)
Demais despesas	(352)	(204)
Auditoria e custódia	(45)	(41)
Despesas diversas	(2)	(1)
Publicações e correspondências	(3)	(3)
Remuneração da administração	(288)	(142)
Taxa de fiscalização CVM	(14)	(17)
Total do resultado do exercício	5.216	5.618
Patrimônio líquido no final do exercício		
Representado por 254.125,561 cotas a R\$ 272,683499 cada	<u>69.296</u>	
Representado por 178.996,900 cotas a R\$ 248,416427 cada		<u>44.466</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

O Alfa Crédito Privado - Fundo de Investimento Renda Fixa - Crédito Privado (anteriormente denominado Alfa Crédito Privado - Fundo de Investimento Renda Fixa - Crédito Privado - Investidor Qualificado) iniciou suas atividades em 24 de abril de 2008, constituído sob forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, destina-se a receber aplicações de investidores qualificados, e tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas, mediante aplicação em ativos financeiros e utilização de instrumentos de derivativos. O Fundo está classificado como “Fundo de Renda Fixa” e sua carteira deverá ser composta em no mínimo 80% por ativos financeiros relacionados diretamente ou sintetizados via derivativos, ao fator de risco de renda fixa, entendido como sendo a variação da taxa de juros doméstica, índices de preços ou ambos. O Fundo poderá realizar operações, inclusive em mercados derivativos, que gerem exposição de até o limite de 100% do patrimônio.

Conseqüentemente, as cotas do Fundo estão sujeitas às oscilações positivas e negativas de acordo com os ativos integrantes de sua carteira, podendo levar inclusive à perda do capital investido.

Os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administrador, pelo Gestor, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

A gestão da carteira do Fundo é realizada pelo Administrador.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis aos fundos de investimento, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil dos Fundos de Investimento (COFI) e pelas orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos os resultados auferidos poderão vir a ser diferente dos estimados.

3 Principais práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a. Reconhecimento de receitas e despesas

O Administrador adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente investido e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração, e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao valor de mercado.

c. Títulos públicos e privados

Os títulos públicos e privados integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, em função da classificação dos títulos - Nota Explicativa nº 4.

d. Cotas de fundos

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são registrados pelo custo de aquisição e atualizados, diariamente, pelo valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

4 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários podem ser classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para sua contabilização, conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 577/16:

- (i) **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos até a data do balanço e avaliados pelo valor de mercado diariamente. As perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado; e
- (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos, desde que observadas as seguintes condições:
- que o Fundo seja destinado exclusivamente a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou a investidores qualificados, conforme definido pela regulamentação editada pela CVM e, que os mesmos declarem formalmente, por meio de um termo de adesão ao regulamento do Fundo, a sua anuência à classificação de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo;
 - que os fundos de investimento invistam em cotas de outro fundo de investimento, que classifique os títulos e valores mobiliários da sua carteira na categoria de títulos mantidos até o vencimento e, sejam atendidas, pelos cotistas do fundo investidor, as mesmas condições acima mencionadas.

a. Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

Títulos para negociação	Custo atualizado	Valor de Mercado/ realização	Ajuste a Valor de Mercado	Faixas de vencimento
Títulos de emissão do Tesouro Nacional:				
Letras Financeiras do Tesouro	16.868	16.868	-	Até 1 ano
Letras Financeiras do Tesouro	12.244	12.253	9	Após 1 ano
	29.112	29.121	9	
Certificado de Depósito Bancário:				
Banco Sofisa S.A.	777	777	-	Até 1 ano
Banco Daycoval S.A.	343	344	1	Até 1 ano
Banco BBM S.A.	467	467	-	Até 1 ano
Banco ABC Brasil S.A.	1.261	1.261	-	Até 1 ano
	2.848	2.849	1	
Debêntures:				
Rodonorte Conc. de Rodovias Integradas S.A.	689	688	(1)	Após 1 ano
Natura Cosméticos S.A.	1.175	1.175	-	Após 1 ano
MRV Engenharia e Participações S.A.	766	764	(2)	Após 1 ano
MRS Logística S.A.	457	459	2	Até 1 ano
Localiza Rent a Car	1.533	1.528	(5)	Após 1 ano
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	795	797	2	Após 1 ano

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Títulos para negociação	Custo atualizado	Valor de Mercado/ realização	Ajuste a Valor de Mercado	Faixas de vencimento
Fleury S.A.	774	776	2	Após 1 ano
Eletropaulo Metropolitana Elet. de S.P. S.A.	275	274	(1)	Até 1 ano
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	332	333	1	Até 1 ano
Diagnósticos da América S.A.	862	870	8	Após 1 ano
Companhia Paranaense de Energia	985	986	1	Após 1 ano
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	107	108	1	Após 1 ano
Companhia de Concessões Rodoviárias	912	912	-	Após 1 ano
Cia.Saneamento Básico do E.S.P.-Sabesp	191	191	-	Até 1 ano
Cemig Geração e Transmissão S.A.	136	133	(3)	Até 1 ano
AES Tietê S.A.	743	742	-	Após 1 ano
	10.732	10.736	4	
Deposito à Prazo com Garantia Especial: Banco Mercantil do Brasil S.A.	472	473	1	Até 1 ano
Letras Financeiras:				
Banco Votorantim S.A.	1.390	1.392	2	Até 1 ano
Banco Votorantim S.A.	1.868	1.869	1	Após 1 ano
Banco Safra S.A.	1.999	2.002	2	Até 1 ano
Banco GMAC S.A.	1.996	1.997	1	Após 1 ano
Banco Fidis S.A.	491	490	-	Após 1 ano
Banco Daycoval S.A.	2.637	2.637	-	Após 1 ano
Banco BBM S.A.	1.577	1.578	1	Após 1 ano
Banco Alfa S.A.	2.121	2.124	3	Até 1 ano
Banco Alfa S.A.	6.928	6.936	8	Após 1 ano
Banco ABC Brasil S.A.	2.187	2.190	3	Após 1 ano
	23.194	23.214	21	
Total dos títulos para negociação:	66.358	66.393	35	

b. Valor de mercado

Os critérios utilizados para apuração do valor de mercado são os seguintes:

Títulos de renda fixa

Títulos públicos

- **Pós-fixados:** As LFT's são atualizadas pelas cotações/taxas divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA.

Títulos privados

- A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Depósito Bancário, Depósitos a prazo em Garantia Especial e Letras Financeiras adotada pelo Bradesco leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O *spread* de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contratos futuros de DI divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.. O *spread* de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data da negociação/marcação a mercado ; e iv) cálculo do *spread* por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

- As debêntures são atualizadas pelas cotações/taxas divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA.

5 Valorização/(desvalorização) a preço de mercado

A valorização de R\$ 35 (desvalorização R\$ 30) apurada na data do balanço é representada pelo diferencial entre o valor da curva e de mercado, gerando resultado não realizado no exercício registrado na conta “Valorização/desvalorização a preço de mercado”. Para os títulos negociados no exercício, os diferenciais a mercado compõem o resultado realizado e são apresentados nas contas “Resultado nas negociações” e “Apropriação de rendimentos”.

6 Instrumentos financeiros derivativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Fundo não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

7 Margem de garantia

Em 31 de dezembro de 2017 o Fundo possuía margem depositada em garantia para realização de operações com derivativos, representada por papéis de sua carteira de títulos públicos conforme abaixo:

Tipo	Valor R\$ mil
Debêntures	688

8 Gerenciamento de riscos

a. Gerenciamento de riscos

O objetivo de controlar riscos de mercado é medir potenciais resultados desfavoráveis, em função de oscilações momentâneas dos preços dos ativos em carteira, para permitir ao Gestor do Fundo, maximizar a relação retorno/risco. O Banco Alfa de Investimento S.A. possui um departamento independente de Gestão de Recursos que avalia diariamente os riscos de mercado do Fundo. Esses parâmetros consistem no volume de exposição e *VaR* (Valor em Risco) - perda máxima esperada em um dia com nível de confiança de 99%. São utilizadas nestas avaliações, as metodologias reconhecidas pela comunidade financeira. A adequação das posições aos limites estabelecidos é monitorada, diariamente, e comunicada através de relatórios adequados aos vários níveis de administradores a que são destinadas.

b. Valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários, encontra-se em consonância com as prerrogativas da Auto Regulação da ANBIMA.

c. Análise de sensibilidade

Em conformidade com a Instrução CVM nº 577/2016 e a Instrução CVM nº 475/2008, apresentamos a seguir uma simulação, com base em cenários estressados que poderiam ser gerados no patrimônio líquido do Fundo por mudanças nas variáveis de riscos às quais o Fundo está exposto. Esta simulação não considera o poder de reação da Administração frente aos cenários apresentados, o que certamente mitigaria as perdas que seriam ocorridas.

Fator de Risco	Sensibilidade	Cenário Provável		Cenário 1			Cenário 2		
		Resultado Cenário (R\$ mil)	Resultado Cenário (% PL)	Choque	Resultado Cenário (R\$ mil)	Resultado Cenário (% PL)	Choque	Resultado Cenário (R\$ mil)	Resultado Cenário (% PL)
Títulos Privados	JUROS	-1.611	-2,33%	-25%	-9.057	-13,07%	-50%	-13.075	-18,87%
		1.611	2,33%	25%	9.057	13,07%	50%	13.075	18,87%

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

O cenário provável é o comumente utilizado pela Administração e considera a aplicação de choques conforme os cenários divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão para administração de risco intradiário, enquanto os cenários 1 e 2 consideram as regras estabelecidas na Instrução CVM n.º 475/2008, ou seja, aplicação de choque de 25% e 50% nos respectivos preços.

9 Emissão e resgate de cotas

a. Emissão

Na emissão de cotas do Fundo, o valor da aplicação será convertido pelo valor da cota de fechamento do próprio dia do pedido de aplicação, mediante a efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Administrador, em sua sede ou dependências.

Os limites mínimos e máximos de investimento são: I Aplicação inicial: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). II Aplicações adicionais e resgates parciais: R\$ 1.000,00 (um mil reais). III Valor mínimo de permanência: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

b. Resgate

Para efeito do exercício do direito de resgate pelo Condômino, as cotas do Fundo terão seu valor atualizado diariamente. No resgate de cotas do Fundo, o valor do resgate será convertido pelo valor da cota de fechamento do próprio dia da solicitação de resgate e o crédito será efetivado no 1º dia útil subsequente ao da solicitação do resgate.

10 Remuneração do Administrador

Pela prestação dos serviços de administração do Fundo, que incluem a gestão da carteira, as atividades de tesouraria e de controle e processamento dos títulos e valores mobiliários, a distribuição de cotas e a escrituração da emissão e resgate de cotas, o Fundo pagará a taxa de 0,50% ao ano, calculada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente, por períodos vencidos.

A taxa de administração compreende a taxa de administração dos fundos de investimento em que o Fundo aplicar seus recursos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a despesa de taxa de administração foi de R\$ 288 (R\$ 142 em 2016), registrada na conta “Remuneração da administração”.

O Fundo não cobrará taxas de performance, ingresso e saída.

11 Custódia

Os títulos públicos, incluindo aqueles utilizados como lastro para as operações compromissadas, estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil e os títulos privados estão registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. As despesas com custódia e liquidação de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais no valor de 0,035% a.a. (trinta e cinco milésimos por cento ao ano) sobre o patrimônio líquido do Fundo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a despesa de taxa de custódia foi de R\$ 20, registrada na conta “Custódia”.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

12 Transações com partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Fundo realizou operações de compra e venda definitivas de títulos públicos por meio da Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., instituição ligada ao Administrador/ Gestor.

a) Operações de Compra e Venda Definitivas de Títulos Públicos Federais Realizadas com Partes Relacionadas.

Mês/Ano	Tipo de Título	Operações definitivas de compra e venda de títulos públicos federais realizadas com partes relacionadas /Total de operações definitivas	Vencimento	Volume Médio Mês	(Preço Praticado / Preço Médio do Dia) (*)	Parte Relacionada
7 / 2017	LFT	100,00%	01/03/2018	5,84%	100,00%	ALFA CCVM S.A.

As operações de compra e venda de títulos foram realizados em condições usuais de mercado vigentes nas respectivas datas.

b) Resumo de Operações com Partes Relacionadas – Emissor

Letras Financeiras Mês/Ano	Emissor	Relacionamento	Compra	Venda/ Venc.	Total	Indexador	Ágio / Deságio na Compra	Resultado Financeiro
08/2017	BANCO ALFA	Administrador	5.250	-	5.250	CDI - 105.65%	-	-
12/2017	BANCO ALFA	Administrador	1.500	-	1.500	CDI - 105.50%	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

c) Resumo de Operações com Partes Relacionadas – Contraparte

Certificado de

Deposito
Bancário

Mês/Ano

Contraparte

Relacionamento

Compra

Venda/
Venc.

Total

Indexador

Ágio /
Deságio
na
Compra

Resultado
Financeiro

08/2017

ALFA
CCVM S.A.

Administrador

703

-

703

CDI - 105.50%

-

-

Debêntures

Mês/Ano

Contraparte

Relacionamento

Compra

Venda/
Venc.

Total

Indexador

Ágio /
Deságio
na
Compra

Resultado
Financeiro

08/2017

ALFA
CCVM S.A.

Administrador

1.101

-

1.101

CDI - 100.00%

-

-

Letras

Financeiras

Mês/Ano

Contraparte

Relacionamento

Compra

Venda/
Venc.

Total

Indexador

Ágio /
Deságio
na
Compra

Resultado
Financeiro

08/2017

ALFA
CCVM S.A.

Administrador

468

-

468

CDI - 106.00%

-

-

12/2017

ALFA
CCVM S.A.

Administrador

1.500

-

1.500

CDI - 105.50%

-

-

d) Despesas com parte relacionada

Despesa	Saldo	Instituição	Relacionamento
Taxa de administração	288	BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S/A	Administrador

e) Ativo com partes relacionadas

Operação	Saldo	Instituição	Relacionamento
Letras financeiras	9.060	BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	Administrador

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

13 Legislação tributária

a. Imposto de renda

Os rendimentos auferidos serão tributados pelas regras abaixo:

- Seguindo a expectativa do Administrador/Gestor de manter a carteira do Fundo com prazo médio superior a trezentos e sessenta e cinco dias, calculado conforme metodologia regulamentada pela Receita Federal do Brasil, os rendimentos auferidos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas, de acordo com o prazo de aplicação contado entre a data de aplicação e a data do resgate:
 - (i) 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
 - (ii) 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
 - (iii) 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias; e
 - (iv) 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.
- Independente do resgate das cotas, haverá a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%, através da diminuição automática semestral da quantidade de cotas, correspondente ao valor do imposto de renda retido na fonte, sempre no último dia útil dos meses de maio e novembro de cada ano. Por ocasião do resgate, aplicar-se-á a alíquota complementar, calculada em função do prazo decorrido de cada aplicação, conforme acima descrito.

Conforme legislação em vigor, as eventuais perdas apuradas no resgate das cotas podem ser compensadas com eventuais rendimentos auferidos em resgates ou incidências posteriores, no mesmo ou em outros fundos detidos pelo investidor no mesmo administrador, desde que sujeitos à mesma alíquota do imposto de renda.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

b. IOF (Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007)

O art. 32 do Decreto nº 6.306/07 determina a incidência do IOF, à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, limitado ao percentual de rendimento da operação, em função do prazo de aplicação. Esse limite percentual decresce à medida que aumenta o número de dias decorridos entre a aplicação e o resgate de cotas, conforme a tabela anexa ao Decreto nº 6.306/07. Para os resgates efetuados a partir do trigésimo dia da data de aplicação, não haverá cobrança de IOF.

14 Política de distribuição dos resultados

Os resultados auferidos são incorporados ao patrimônio, com a correspondente variação do valor das cotas, de maneira que todos os condôminos deles participem proporcionalmente à quantidade de cotas possuídas.

15 Política de divulgação das informações

A divulgação das informações do Fundo aos cotistas é realizada através de correspondência, inclusive por meio de correio eletrônico.

16 Rentabilidade

As rentabilidades nos últimos exercícios foram as seguintes:

Data	Rentabilidade (%)	Patrimônio líquido médio R\$ mil	Índice de mercado DI % anual
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	9,77	58.419	9,93
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016	14,08	42.687	13,99

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17 Demonstração das evoluções do valor da cota e da rentabilidade

Data	Valor da cota	Patrimônio líquido médio	Rentabilidade %			
			Fundo		Índice de Mercado DI (a)	
			Mensal	Acumulada	Mensal	Acumulada
31/12/2016	248,416427	44.466				
31/01/2017	251,133505	45.256	1,09%	1,09%	1,08%	1,08%
28/02/2017	253,283010	45.965	0,86%	1,96%	0,86%	1,96%
31/03/2017	255,926454	46.594	1,04%	3,02%	1,05%	3,03%
30/04/2017	257,924004	45.995	0,78%	3,83%	0,79%	3,84%
31/05/2017	260,211398	45.826	0,89%	4,75%	0,93%	4,80%
30/06/2017	262,327074	48.136	0,81%	5,60%	0,81%	5,65%
31/07/2017	264,409638	51.678	0,79%	6,44%	0,80%	6,49%
31/08/2017	266,469042	77.894	0,78%	7,27%	0,80%	7,34%
30/09/2017	268,116505	79.252	0,62%	7,93%	0,64%	8,03%
31/10/2017	269,818822	72.330	0,63%	8,62%	0,64%	8,72%
30/11/2017	271,303604	72.072	0,55%	9,21%	0,57%	9,34%
31/12/2017	272,683499	69.123	0,51%	9,77%	0,54%	9,93%

(a) O Fundo não possui índice de mercado - *benchmark*. Apenas para fins comparativos o Fundo utiliza o DI - Depósito Interfinanceiro, calculado e divulgado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros. Os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administrador, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos.

18 Demandas judiciais

Ajuizada ação visando declarar inexistente a Taxa de Fiscalização de localização, Instalação e Funcionamento (TLIF) e a inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM), referentes a todos os fundos de investimento administrados a partir do ano de 2002, bem como anular e desconstituir os lançamentos efetuados pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Deferido o pedido de antecipação de tutela, acarretando a suspensão da exigibilidade da TLIF e das multas referentes aos autos de infração.

O Fundo possui provisão para esta demanda judicial no montante de R\$ 21 (R\$ 13 em 2016), registrado na conta “Provisão para contingências”.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

19 Contrato de prestação de serviços

O Administrador contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de controladoria e custódia, relativos a este Fundo, de acordo com as normas Legais e Regulamentares.

20 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, informamos que o Administrador, no exercício, não contratou serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relacionados a este fundo de investimento por ele administrado, que não os serviços de auditoria externa, em patamares superiores a 5% do total dos custos de auditoria externa referentes a este fundo. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

21 Alterações estatutárias

A Assembleia Geral de Cotistas realizada em 28 de abril de 2017 deliberou a alteração da denominação social do Fundo de Alfa Crédito Privado – Fundo de Investimento Renda Fixa – Crédito Privado – Investidor Qualificado para Alfa Crédito Privado – Fundo de Investimento Renda Fixa – Crédito Privado e alteração no capítulo “Das Taxas de administração e dos Encargos do Fundo”.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de junho de 2017 deliberou a incorporação por este Fundo, da carteira do Alfa Total H Performance – Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa – Crédito Privado – Longo Prazo – Investidor Qualificado. As deliberações entraram em vigor após 30 dias do envio da comunicação aos cotistas do resumo das decisões realizadas em Assembleia.

* * *

Contador:

Ricardo Ignácio Rocha
CRC 1 SP 213357/O-6-T-PR

Adilson Augusto Martins Junior
Diretor